

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: setembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Encontro discute rumos para a Creditag – sítio eletrônico da CONTAG – 02/10/2009	3
Dólar fraco compromete margens de lucro e rentabilidade no campo – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 06/10/2009	4
RJ: destaque para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 07/10/2009...	5
Crescem as liberações do BB na safra atual – Valor Econômico – Agronegócios – 15/10/2009	6
Governo federal reabre renegociação de parte das dívidas rurais -	6
Luciane Bosenbecker – Sítio Eletrônico da FETRAF – 16/10/2009.....	6
Fruticultor do Nordeste pode prorrogar parcela de dívidas - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2009	7
BRDE busca R\$ 1 bi para o campo do Sul do país – Valor Econômico – Agronegócios – 20/10/2009	8
Curso capacita técnicos no Pronaf Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 27/10/2009	9
MDA libera mais 41 milhões para agricultores atingidos pela seca contratarem auxílio -	10
Luciane Bosenbecker – Sítio Eletrônico da Fetrafsul - 28/10/2009.....	10
Nota à Imprensa sobre o Crédito Emergencial do Pronaf – Sítio eletrônico do MDA - 28/10/2009.....	11
Em alta desde 2006, seguro rural "briga" por recursos - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 30/10/2009	11

Encontro discute rumos para a Creditag – sítio eletrônico da CONTAG – 02/10/2009

Diretores e conselheiros das Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Creditag) e representantes do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) se reúnem nos dias 5 e 6 de outubro em Brasília para discutirem os rumos da Cooperativa. Eles vão avaliar também a possibilidade de ampliar parcerias com os sistemas de cooperativas CresolBaser, Ascob e Ecosol. O Creditag é composto por 29 cooperativas apoiadas pelo MSTTR em oito estados brasileiros.

A reunião vem em um momento que a Contag, juntamente com outros movimentos sociais e entidades de representação das cooperativas, discute com o governo federal e o Congresso Nacional, a mudança na Lei Geral do Cooperativismo.

Um dos pontos de atrito no texto do Projeto de Lei Substitutivo (PLS 03/2007) diz respeito ao ingresso dos associados. Para o governo, as cooperativas podem se associar apenas com a central/confederação e estas com as confederações. Ficaria proibido, portanto, a filiação entre cooperativas, exceto as de crédito, nas quais todas as outras podem se filiar.

O governo alega que havendo associação entre cooperativas elas poderiam requerer a não incidência tributária. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e os movimentos sociais querem que a questão tributária seja tratada separadamente, pois eliminar a intercooperação contraria o princípio de livre organização.

O governo e os movimentos sociais também querem que haja várias instituições de representação das cooperativas. A OCB só aceita que seja criada mais uma, que representaria as cooperativas de economia solidária.

Outra mudança na lei que agora as cooperativas podem passar por um processo de recuperação e falência, o que deve ser mudado para processo de concordatas.

Os pontos divergentes irão à votação no senado. Antes, ainda deve passar pelas comissões de constituição e justiça, da agricultura e de assuntos econômicos.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

Dólar fraco compromete margens de lucro e rentabilidade no campo – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 06/10/2009

A desvalorização do dólar em relação ao real voltou a assombrar o setor rural. O recuo de 10,3% na cotação da moeda americana no segundo semestre deste ano já afetou a rentabilidade das principais lavouras do país e reduzirá as margens de lucro do setor rural, interrompendo a curva ascendente das últimas duas safras.

Mesmo com a significativa redução dos custos de produção no campo, o câmbio provocará perdas nas operações de troca de grãos por reais. Os produtores também terão prejuízo ao vender a safra com dólar abaixo do período de aquisição dos insumos - sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas. A moeda americana recuou de R\$ 1,964, em 30 de junho, para R\$ 1,761 ontem, segundo cálculo do Valor ^oData .

Os bancos já manifestaram sua preocupação ao governo. As instituições temem uma onda de inadimplência e eventual nova rodada de rolagens de dívidas rurais. A maior parte dos produtores trabalha sem a proteção de preços ("hedge") em mercados futuros ou contratos a termo com tradings. Apenas 22% da safra de soja de Mato Grosso, estimada em 17,6 milhões de toneladas, teve venda antecipada. Normalmente, 40% da safra é vendida até setembro. Os produtores devem levar a maior quantidade de soja para a comercialização da última década.

O cenário sombrio se completa com as safras cheias nos Estados Unidos, Brasil e Argentina, além dos altos estoques nas mãos da China, principal compradora mundial de soja, e a lenta recuperação da demanda global por commodities. "A luz vermelha já está acesa. E o produtor médio vai sofrer mais porque tem escala menor e custos maiores", diz o superintendente do Instituto Mato-Grossense de Economia Agrícola, Seneri Paludo. Ele calcula que, com dólar a R\$ 1,80 e soja a US\$ 8,90 por bushel em Chicago, um produtor de Sorriso (MT) terá receita de R\$ 24 por saca, abaixo do custo de produção de R\$ 25,82. Isso se a produtividade média for de 50 sacas por hectare e o frete custar US\$ 110 por tonelada de soja. "Se o dólar cair a R\$ 1,70, o prejuízo dobra para R\$ 3,71 por saca", afirma.

O diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Ademiro Vian, vê a tendência de estouro de uma "bolha" de R\$ 50 bilhões no setor, localizada sobretudo na fatia de 30% dos produtores financiados por tradings. "Vai aprofundar a crise desse segmento, que está fora dos bancos e tem uma trava relativa. Quanto mais baixo o dólar, mais sacas têm que pagar à trading", analisa. E dá um exemplo: quem emprestou US\$ 500 mil com dólar a R\$ 1,90 devia 263 mil sacas de soja, mas hoje, com o câmbio desfavorável, já teria que entregar 294 mil sacas. "É um diferencial superior a US\$ 2 milhões", calcula.

O economista André Pessôa, da consultoria Agroconsult, avalia que o setor perderá ao não ter os preços recordes de 2008 e o bom câmbio do início de 2009. "A sensível redução dos custos [17% na soja em Mato Grosso e no Paraná] criava uma expectativa boa para as margens. Até agosto, com bushel a US\$ 10 e dólar a R\$ 1,90, dava para pagar custeio e dívidas antigas", avalia. Agora, no entanto, o bushel a US\$ 8,5 para março ou maio de 2010, somado ao dólar de R\$ 1,80, gera prejuízo de R\$ 42 por hectare. "Um câmbio de R\$ 1,70 comprometerá a rentabilidade."

Maior financiador do setor rural, o Banco do Brasil ainda está otimista. "A safra ainda projeta margens positivas para liquidar financiamentos", afirma o diretor de

Agronegócios do BB, José Carlos Vaz. "Agimos com mitigadores de riscos e seleção na concessão de crédito". Nos bastidores, porém, o governo avalia que a redução dos custos de produção apenas compensou a projeção de preços menores nas bolsas. Os estoques altos e o consumo estagnado forçam as cotações para baixo. "Se o dólar ficar abaixo de R\$ 1,70, a safra será vendida com dólar abaixo do plantio", diz uma fonte. O governo avalia que terá que entrar "muito mais forte" na comercialização da safra em 2010. "E tem que ser na hora certa e com muito dinheiro, e não como foi neste ano". Os especialistas apontam grave falha no Plano de Safra do governo. "Tudo podia ter sido evitado. Todo mundo sabia que as tradings não voltariam, mas o governo não criou alternativas para o travamento de preços", diz André Pessôa. Hoje, o "hedge" futuro sairia por US\$ 1 a saca, segundo ele - o que equivaleria a 5% dos US\$ 21 da saca de soja.

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) avalia que o governo já gastou R\$ 5,2 bilhões na comercialização da safra em 2009. O orçamento original era de R\$ 1,7 bilhão, mas emendas do Congresso elevaram a R\$ 4 bilhões. "Mas para 2010 o orçamento é de R\$ 1,3 bilhão. Vai ser um caos porque tem eleições, safra cheia nos EUA, boa safra no Brasil e câmbio muito pior", avalia a economista Rosemeire do Santos, da CNA. Para ela, a "salvação" seria desvalorização do real ao longo das eleições ou a aceleração do crescimento da economia mundial.

RJ: destaque para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 07/10/2009

"Só chegamos aqui porque temos crédito do Pronaf, assistência técnica, seguro, comercialização, Territórios da Cidadania, Mais Alimentos". Foi o que destacou o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, na tarde desta quarta-feira (7), na abertura do Brasil Rural Contemporâneo - VI Feira da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, que vai até segunda-feira (12), no Rio de Janeiro.

Para Cassel, a agricultura familiar vem crescendo e se desenvolvendo na medida em que as políticas públicas também crescem e se desenvolvem. "A feira cresce junto com a agricultura familiar", disse.

O ministro informou que este ano são mais de 650 expositores, que trouxeram mais 10 mil produtos de todas as regiões do País, e que demonstram a diversidade da agricultura familiar e a intensificação do trabalho do governo para esta agricultura.

Com o governador do Rio, Sérgio Cabral, o ministro assinou acordo de cooperação para repasse de R\$ 6 milhões para o estado para a prestação de assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares.

Crescem as liberações do BB na safra atual – Valor Econômico – Agronegócios – 15/10/2009

O Banco do Brasil confirmou ontem que seguem em ritmo bastante acelerado seus desembolsos de crédito rural nesta safra 2009/10, que "oficialmente" começou em junho passado. Conforme a instituição, nos primeiros três meses da temporada (julho a setembro) seus desembolsos ultrapassaram a marca de R\$ 10 bilhões, ou 51% mais que em igual intervalo do ciclo 2008/09.

Do total, mais de R\$ 2,4 bilhões foram destinados à agricultura familiar e R\$ 7,7 bilhões serviram à agricultura empresarial. No caso dos desembolsos para a agricultura familiar, o crescimento em relação ao mesmo intervalo de 2008/09 chega a 60%; para a empresarial, o salto é de 49%.

Do total de recursos liberados, ainda de acordo com o Banco do Brasil, R\$ 7,2 bilhões foram captados por produtores familiares ou empresariais para custear o plantio da safra. As operações de custeio da agricultura empresarial absorveu R\$ 5,7 bilhões desses recursos para custeio, 48% mais que entre julho e setembro do ano passado. Para investimentos e comercialização da agricultura empresarial, foram desembolsados, no total, quase R\$ 2 bilhões.

Para investimentos familiares, o aumento foi de 322%, para R\$ 945 milhões, graças sobretudo ao programa Mais Alimentos.

Governo federal reabre renegociação de parte das dívidas rurais - Luciane Bosenbecker – Sítio Eletrônico da FETRAF – 16/10/2009

Os produtores que não aderiram à renegociação das dívidas rurais ganharam mais prazo para pedir o parcelamento. O Conselho Monetário Nacional (CMN) reabriu o parcelamento e a prorrogação das dívidas rurais de programas em que o Tesouro Nacional assume o risco das operações.

O CMN regulamentou lei publicada na terça-feira (13), no Diário Oficial da União, que autorizou as mudanças. A data limite para a adesão, que tinha acabado em 12 de dezembro do ano passado, foi adiada para 30 de novembro deste ano. O prazo para fazer o pagamento mínimo, que tinha acabado em 30 de junho, passou para 30 de dezembro.

A extensão vale para os seguintes programas: Securitização 1 e 2, Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), Fundo Geral do Cacau, Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para custeio da reforma agrária e crédito de investimento dos fundos constitucionais. Para os demais programas, foi mantido o prazo original, 12 de dezembro.

O CMN prorrogou para 15 de junho de 2010 o prazo para que os agricultores familiares afetados por fenômenos climáticos em Santa Catarina paguem os financiamentos do Pronaf. Originalmente, hoje (15) era o último dia para esse pagamento. A medida tem como objetivo estender o benefício para os produtores das áreas atingidas por tornados no mês passado.

O conselho também autorizou os agricultores afetados pelas ventanias a pegarem empréstimos da linha especial para reconstruir a lavoura, anteriormente destinada apenas aos produtores afetados pelas enchentes do final de 2008. A linha conta com R\$ 100 milhões, dos quais R\$ 20 milhões foram emprestados até agora. Cada produtor pode pegar até R\$ 100 mil, com juros de 2% ao ano.

Para os produtores atingidos pelas chuvas, o prazo de contratação acaba em 31 de dezembro. Os agricultores atingidos pelos tornados poderão pegar empréstimos até 15 de junho de 2010. Até novembro, o governo editará uma portaria para estabelecer novas condições de acessos aos produtores que perderam tudo.

Fruticultor do Nordeste pode prorrogar parcela de dívidas - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2009

Os produtores de frutas do Nordeste poderão prorrogar o pagamento das parcelas de financiamento de investimento e custeio. O benefício, aprovado nesta quinta-feira pelos integrantes do Conselho Monetário Nacional (CMN), está limitado às operações de crédito com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). As adesões serão aceitas até 15 de novembro.

O secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, explicou que a medida é necessária porque esses produtores, geralmente exportadores, foram muito prejudicados pela retração do crédito e pela queda da demanda internacional durante a crise econômica mundial. Para as operações de investimento, as parcelas previstas entre setembro de 2008 e dezembro de 2009 vencerão após a última obrigação contratual. A condição é o pagamento de 2% do saldo devedor vencido e atualizado até a data da renegociação.

Nas operações de custeio desses fruticultores, a condição é o pagamento de 5% do saldo devedor vencido e atualizado até a renegociação. O restante é prorrogado em cinco parcelas anuais e sucessivas a partir de 2010.

Além do benefício dado aos fruticultores, o governo também regulamentou na reunião extraordinária do CMN a reabertura dos prazos para a renegociação de dívidas rurais que têm risco da União. A Medida Provisória 462 foi convertida na Lei 12.058, publicada na quarta-feira, e há mudanças nas normas da renegociação prevista na Lei 11.775 de 17 de setembro de 2008.

As operações de crédito incluídas na reabertura de prazos são dos programas Securitização 1 e 2, Recoop, Funcafé, Cacau, crédito de custeio para a reforma agrária no âmbito do Pronaf e crédito para investimento com recursos dos fundos

constitucionais. Bittencourt comentou que esses mutuários terão até 30 de novembro para aderir ao processo de renegociação de suas dívidas.

Eles também terão até 30 de dezembro para liquidar a operação ou fazer a amortização mínima exigida. Os bancos têm até 30 de junho de 2010 para formalizar os contratos. Os mutuários com dívidas do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), de 2001, tiveram o mesmo benefício.

Isso é necessário, segundo Bittencourt, porque foram muitas as dificuldades operacionais por conta do grande volume de contratos que teriam de ser renegociados até 12 de dezembro de 2008.

No âmbito do Pronaf, os produtores catarinenses prejudicados pelas enchentes de 2008 e pelo recente vendaval também terão prorrogação, de 15 de outubro de 2009 para 15 de junho de 2010, para o vencimento das suas parcelas de custeio e investimento.

A compra de Cédulas de Produto Rural (CPR) com recursos do Funcafé, a partir de 1º de outubro de 2009, também foi incentivada com a redução da taxa de juros, de 7,5% ao ano para 6,75%.

BRDE busca R\$ 1 bi para o campo do Sul do país – Valor Econômico – Agronegócios – 20/10/2009

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) está em gestões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para garantir R\$ 1 bilhão para investimentos no aumento da produção agrícolas dos Estados que formam o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

De acordo com informações da Secretaria da Agricultura do Paraná, a meta conjunta desses Estados é colher 75 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/11, que começará a ser plantada na região a partir do fim do ano que vem. Nesta temporada 2009/10, já em fase de semeadura, a previsão é de produção total da ordem de 67 milhões de toneladas, ou 45% da colheita brasileira.

O BRDE, que tem um novo presidente - Airton Pissetti assumiu o cargo na quarta-feira - informou que está aplicando R\$ 900 milhões no setor este ano. Além desses recursos, crédito rural do Plano Safra do governo federal (cujo principal agente repassador é o Banco do Brasil) também irrigam a agricultura da região.

Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul são grandes em grãos. Em Santa Catarina, o forte são as carnes de frango e suína. O segmento sucroalcooleiro é crescente nos Estados do Codesul.

Curso capacita técnicos no Pronaf Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 27/10/2009

Até sábado (31), trinta técnicos de prefeituras que integram a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, participam de capacitação sobre Pronaf Sustentável, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). O objetivo é treinar técnicos da região que concentra agricultores familiares fumicultores que participam do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com o Tabaco.

O Pronaf Sustentável tem como objetivo planejar, orientar, coordenar e monitorar a implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com enfoque sistêmico, no âmbito das modalidades de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A iniciativa é da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), com apoio e participação da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS).

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da SAF/MDA, João Luiz Guadagnin, explica que no Pronaf Sustentável será executado o trabalho da assistência técnica e extensão rural, intensiva e integral, dentro do enfoque sistêmico, ou seja, com atenção e participação de todas as pessoas da família, com diagnóstico, planejamento e a execução de ações para todas as atividades geradoras de renda e com atenção especial ao uso, manejo e conservação dos recursos naturais da unidade familiar.

"Para os agricultores que hoje se dedicam à produção de fumo da região do Vale do Rio Pardo, o Pronaf Sustentável será um importante impulsionador de ações que levarão a diversificação de atividades e ao aumento da renda, com a reconversão produtiva, produção de alimentos e atenção a adequação das propriedades à legislação ambiental", analisa Guadagnin.

Programação

A programação do curso sobre Pronaf Sustentável vai tratar do enfoque da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Pronaf Sustentável, da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, o Programa de Diversificação, as linhas de crédito do Pronaf, legislação ambiental, entre outros. Os técnicos da SAF/MDA nas áreas de crédito rural e assistência técnica e extensão rural farão parte da equipe de instrutores do curso.

Dos seis dias de treinamento, três serão dedicados a aulas para apresentação do aplicativo utilizado no Pronaf Sustentável, que permite o acompanhamento de forma integral das atividades na unidade de produção familiar.

Diversificação

O Programa é uma das ações implementadas pelo Governo Federal, desde 2005, e busca alternativas produtivas e geradoras de renda na fumiicultura, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural entre as famílias agricultoras. O MDA é o coordenador do Programa, em parceria com organizações governamentais e sociedade civil, e apóia projetos na região Sul e no Nordeste, atendendo cerca de 20 mil famílias.

MDA libera mais 41 milhões para agricultores atingidos pela seca contratarem auxílio - Luciane Bosenbecker – Sítio Eletrônico da Fetraf sul - 28/10/2009

Em uma reunião de representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) foi anunciado a liberação de masi 41 milhões de reais para o crédito destinado aos atingidos pela seca. O governo havia liberado 45,6 milhões, mas a demanda ainda não havia sido atendida. Em reunião da Fetraf com o Ministério nesta quarta-feira (28) foi comunicado a destinação dessa verba suplementar de R\$ 7 milhões são para Santa Catarina e R\$ 34 milhões para o Rio Grande do Sul, deste valor R\$ 10,4 mi são destinados aos agricultores familiares filiados a Fetraf e Cresol.

O coordenador da Fetraf-Sul em Santa Catarina, Alexandre Bergamin comunica a todos os sindicatos que contatem o Banco do Brasil com urgência encaminhando todos os projetos pendentes para a contratação imediata, já que a demanda ainda é maior que os recursos liberados pelo governo. A demanda dos três estados do Sul chega a 78 milhões, isso soma um déficit de 26 milhões.

Essa linha de crédito foi anunciada, em maio deste ano, durante a V Jornada de lutas da agricultura familiar promovida pela Fetraf-Sul, no valor de R\$1,1 bi. Os recursos foram destinados a apoiar os agricultores das regiões Norte, Nordeste e Sul do País que sofreram com os efeitos da seca. A taxa é de 0,5% ao ano e dois anos para pagamento e no valor de R\$ 2 mil por família.

Nota à Imprensa sobre o Crédito Emergencial do Pronaf – Sítio eletrônico do MDA - 28/10/2009

Sobre as negociações quanto à liberação de Crédito Emergencial do Pronaf, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção Agrícola, informa que:

- O Ministério do Desenvolvimento Agrário liberou nesta quarta-feira (28) R\$ 40 milhões para atender os pequenos agricultores atingidos pela estiagem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina;
- Toda demanda de crédito dos agricultores familiares está sendo atendida;
- Não há falta de recursos de Crédito para a agricultura familiar;
- Foi realizado acordo com os Movimentos Sociais e as Cooperativas de Crédito para atendimento da maior parte da demanda residual do Crédito Emergencial do Pronaf (até 30/12);
- Existe Crédito disponível e abundante em outras linhas do Pronaf;
- Haverá pequena demanda de Crédito emergencial, que será atendida por meio das outras linhas de Crédito do Pronaf;
- Mais do que o volume de recursos destinado ao Crédito Emergencial do Pronaf, os agricultores familiares têm à disposição R\$ 15 bilhões em Crédito do Pronaf, anunciados pelo Governo Federal no Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010;
- As outras linhas de crédito normais do Pronaf continuam disponíveis.

Em alta desde 2006, seguro rural "briga" por recursos - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 30/10/2009

Em franca evolução no país entre 2006 e 2008, em grande medida por conta do avanço do programa federal de subvenção ao prêmio, o mercado brasileiro de seguro rural voltou a empacar neste ano justamente em razão da dificuldade do governo em elevar o montante de recursos para subsidiar a proteção dos produtores.

Em 2007, o valor subvencionado alcançou R\$ 61 milhões e o prêmio total dos negócios das seguradoras enquadrados no programa chegou a R\$ 127,7 milhões. No ano passado, os subsídios somaram R\$ 157,5 milhões e o prêmio, R\$ 324,7 milhões. Em 2009, o Ministério da Agricultura previa R\$ 280 milhões para as subvenções, mas apenas R\$ 190 milhões foram liberados até agora - o que, segundo as seguradoras, limitará a expansão dos prêmios em um segmento cujo faturamento ainda é muito baixo.

Em viagem na quinta-feira, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não teve tempo hábil para atender à reportagem, mas no mercado a informação é que seu departamento de política agrícola e as seguradoras estão do mesmo lado nas negociações pela liberação dos R\$ 90 milhões restantes, e que há a possibilidade de que isso aconteça nos próximos dias ou semanas. Se esse valor total não sair, também existe a chance de que pelo menos parte dele reforce o programa. Os reflexos

negativos dessa demora no incremento do valor dos prêmios enquadrados no programa, entretanto, já são líquidos e certos.

O programa federal de subvenção ao prêmio do seguro rural - o subsídio varia de 30% a 70%, de acordo com produto e/ou região - é o grande protagonista desse mercado. Conforme dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), vinculada ao Ministério da Fazenda, no total, incluindo programas estaduais de subvenção como o de São Paulo, a área de máquinas agrícolas e o penhor rural, o segmento movimentou R\$ 829,4 milhões em 2008, 48% mais que em 2007. De janeiro a agosto deste ano, foram R\$ 458,6 milhões.

Segundo Luiz Roberto Paes Foz, presidente da UBF Seguros, a subvenção federal é tão importante para o desenvolvimento do seguro rural no país quanto o fundo de catástrofe que está sendo regulamentado também pelo governo federal, o fim do monopólio no resseguro e a decisão do Banco do Brasil de atrelar a liberação de crédito rural à contratação de um seguro. O novo fundo, que substitui, com mais recursos, o antigo Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, também será alimentado por recursos do Tesouro Nacional e das seguradoras e serve para ajudar as empresas a cobrirem as perdas em casos de taxas de sinistralidade elevadas decorrentes sobretudo de catástrofes climáticas.

Ligada ao Banco do Brasil, que costuma responder por um terço do crédito rural com juros subsidiados liberados a cada safra no país, a seguradora Aliança do Brasil é a líder deste segmento de poucos concorrentes (ver tabela nesta página). Já a UBF controlava e incorporou a Seguradora Brasileira Rural. Apesar do expressivo crescimento desde 2006, a área rural ainda representa apenas 2% do faturamento do setor de seguros.

"O que está em jogo e depende dos recursos do programa federal de subvenção não é simplesmente o ritmo de crescimento do mercado de seguro rural no país, mas sua credibilidade perante os agricultores", afirma Carlos Eduardo Carvalho Rodrigues, gerente de produtos de agronegócio da Aliança do Brasil. Segundo ele, mais preocupantes são as perspectivas para o ano que vem. As empresas do ramo pediram ao governo R\$ 450 milhões para o programa em 2010, mas nas atuais discussões do orçamento federal até agora foram previstos R\$ 238 milhões.

O valor pode aumentar - já há gestões em busca de pelo menos mais R\$ 100 milhões -, mas se isso não acontecer poderá haver uma queda, desde que saia a suplementação em negociação para 2009. Para a safra 2018/19, segundo Foz, o ministério projeta que 67% da área plantada de grãos no país será segurada. Hoje, o percentual é menor que 10%. Para isso, serão necessários R\$ 1 bilhão em subvenção.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

